

RR 52800-16.2008.5.09.0562 - Publicação: DEJT 20.05.2011

Relator Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente(s): Usina Central do Paraná S.A. - Agricultura Indústria e Comércio e Outros

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, nos exatos limites dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas *a* e *d*, e 84 da Lei Complementar nº 75/93. Recurso de revista não conhecido. **2. LABOR AOS DOMINGOS.** Deixando a parte de combater, satisfatoriamente, o fundamento regional, não há como se conhecer do recurso de revista (Súmula 422). Recurso de revista não conhecido. **3. HORAS IN ITINERE.** Não há que se falar em ofensa ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, na medida em que o Regional, diante dos elementos de prova dos autos, não rejeitou a aplicação de norma coletiva, mas apurou que tais instrumentos coletivos não eram cumpridos. Recurso de revista não conhecido. **4. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.** Deixando a parte de fazer patentes as situações descritas no art. 896 consolidado, impossível o conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido. **5. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. PARÂMETROS RELEVANTES PARA AFERIÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SISTEMA ABERTO. DOSIMETRIA DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. VILIPÊNDIO DO PRINCÍPIO DA RESTAURAÇÃO JUSTA E PROPORCIONAL. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE.** Cabe ao julgador fixar o quantum indenizatório com prudência, bom senso e razoabilidade, sem, contudo, deixar de observar os parâmetros relevantes para aferição do valor da indenização por dano moral, sob pena de afronta ao princípio da restauração justa e proporcional. Com o foco no dano moral coletivo, não há teratologia que autorize a intervenção extraordinária. Recurso de revista não conhecido. **6. MULTAS.** À falta de prequestionamento, à luz dos aspectos manejados no apelo, inviável o conhecimento da revista (Súmula nº 297 do TST). Recurso de revista não conhecido.